



SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 18, DE 2025

Da COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, sobre o Projeto de Lei nº 4686, de 2023, do Senador Eduardo Gomes, que Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para proporcionar a conclusão, a legalização e a entrega das unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida – Modalidade Oferta Pública, às famílias beneficiárias.

PRESIDENTE: Senadora Professora Dorinha Seabra

RELATOR: Senadora Professora Dorinha Seabra

02 de setembro de 2025





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, sobre o Projeto de Lei nº 4686, de 2023, do Senador Eduardo Gomes, que *altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para proporcionar a conclusão, a legalização e a entrega das unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida – Modalidade Oferta Pública, às famílias beneficiárias.*

Relatora: Senadora **PROFESSORA DORINHA SEABRA****I – RELATÓRIO**

Encontra-se em análise nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo o Projeto de Lei (PL) nº 4686, de 2023, que *altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para proporcionar a conclusão, a legalização e a entrega das unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida – Modalidade Oferta Pública, às famílias beneficiárias.*

A proposição contém apenas três artigos. O primeiro trata do objeto da alteração normativa. O segundo altera o inciso I do § 2º do art. 8º-A da Lei nº 11.977, de 2009, com o objetivo de permitir que as instituições ou os agentes financeiros possam apresentar manifestação de interesse na conclusão e entrega das unidades habitacionais, retirando a restrição atual referente à manutenção do valor originalmente previsto e permitindo que a União assuma custos adicionais.





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

O art. 2º também acrescenta § 9º ao art. 8º-A da Lei nº 11.977, de 2009, determinando que as operações enquadradas no inciso I do § 2º possam receber aporte adicional de recursos para proporcionar a conclusão, a legalização e a entrega das unidades habitacionais às famílias beneficiárias, não excedendo para estas operações o valor de sessenta mil reais por família beneficiária.

O art. 3º contém a cláusula de vigência, que seria imediata após a publicação.

Na justificação, o autor enfatiza a importância de que seja ampliada a subvenção econômica para a conclusão de unidades habitacionais para famílias de baixa renda, em municípios de menor porte, que não foram atendidas com medidas similares adotadas pelo Ministério das Cidades.

A proposição foi distribuída a esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que deverá se pronunciar em caráter terminativo sobre a matéria.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do inciso III do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CDR opinar sobre *programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional*.

O PL nº 4686, de 2023, ao alterar a Lei nº 11.977, de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, é, indiscutivelmente, objeto de análise desta Comissão.

A presente análise se restringe ao mérito da proposição, uma vez que os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

técnica legislativa serão avaliados pela CAE, que irá se pronunciar em caráter terminativo sobre o projeto de lei.

Assim, com relação ao mérito, a justificção oferecida pelo autor parece bastante clara no sentido de ilustrar a necessidade de que sejam oferecidos recursos adicionais por parte do governo federal para viabilizar a conclusão de unidades habitacionais.

A legislação vigente permite que instituições e agentes financeiros com unidades habitacionais pendentes de conclusão na modalidade “Oferta Pública” do PMCMV possam manifestar interesse na conclusão e entrega das unidades, mas não permite a liberaçção de recursos da União para complementar o valor necessário para essa conclusão. Para resolver o problema, a proposiçção retira a vedaçção à liberaçção de recursos da União para esse fim.

Adicionalmente, tendo em vista que se trata de unidades habitacionais em municípios de menor porte, a proposiçção estabelece o limite de sessenta mil reais por família beneficiária, valor equivalente ao estabelecido para as unidades não concluídas do Programa Nacional de Habitaçção Rural (PNHR) na Portaria do Ministério das Cidades (MCID) nº 146, de 2023.

Tendo em vista que, em decorrência do cenário de maiores custos após a pandemia de covid-19, benefício similar foi concedido para as operaçções com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) no âmbito do Programa Nacional de Habitaçção Urbana (PNHU), e para as operaçções contratadas do Programa Nacional de Habitaçção Rural (PNHR), integrantes do PMCMV, parece razoável que as operaçções contratadas na modalidade “Oferta Pública” também possam receber recursos adicionais para a conclusão das unidades habitacionais.

Nesse contexto, a soluçção apresentada pela proposiçção parece pertinente e necessária, evidenciando o seu mérito.





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 4686, de 2023.

Sala da Comissão, de agosto de 2025

Senadora Professora Dorinha Seabra, Presidente

Senadora Professora Dorinha Seabra, Relatora



**Relatório de Registro de Presença****23ª, Extraordinária - Semipresencial****Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo**

Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, MDB, PSDB)			
TITULARES		SUPLENTE	
MARCELO CASTRO	PRESENTE	1. ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE
IVETE DA SILVEIRA	PRESENTE	2. ALAN RICK	PRESENTE
PROFESSORA DORINHA SEABRA	PRESENTE	3. FERNANDO FARIAS	
EFRAIM FILHO	PRESENTE	4. EDUARDO BRAGA	
PLÍNIO VALÉRIO	PRESENTE	5. ZEQUINHA MARINHO	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
ELIZIANE GAMA		1. JUSSARA LIMA	PRESENTE
MARGARETH BUZETTI	PRESENTE	2. ZENAIDE MAIA	PRESENTE
ANGELO CORONEL	PRESENTE	3. NELSON TRAD	
CHICO RODRIGUES		4. CID GOMES	

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
TITULARES		SUPLENTE	
EDUARDO GOMES		1. WILDER MORAIS	PRESENTE
FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE	2. ROGERIO MARINHO	PRESENTE
JORGE SEIF	PRESENTE	3. ASTRONAUTA MARCOS PONTES	PRESENTE

Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
AUGUSTA BRITO	PRESENTE	1. ROGÉRIO CARVALHO	
BETO FARO	PRESENTE	2. ANA PAULA LOBATO	PRESENTE
VAGO		3. VAGO	

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
TITULARES		SUPLENTE	
LAÉRCIO OLIVEIRA	PRESENTE	1. DR. HIRAN	
CLEITINHO		2. MECIAS DE JESUS	PRESENTE

Não Membros Presentes

PEDRO CHAVES
STYVENSON VALENTIM
SÉRGIO PETECÃO
WELLINGTON FAGUNDES
IZALCI LUCAS
PAULO PAIM



DECISÃO DA COMISSÃO

(PL 4686/2023)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA COMISSÃO, FAVORÁVEL AO PROJETO.

02 de setembro de 2025

Senadora Professora Dorinha Seabra

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e
Turismo



Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6221247373>